

USO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PELAS EMPRESAS ÉTICA E TENDÊNCIAS NA PÓS-PANDEMIA

Maria José da Silva Dias

RESUMO

Este artigo aborda a temática da responsabilidade social e sustentabilidade, adotando como ponto inicial do percurso, o conceito de responsabilidade social corporativa ostentado pelas quatro dimensões da RSC defendidas por Carroll (1991), e abarca considerações sobre as práticas empresariais.

A análise é tecida tendo como base o atual cenário, marcado pela fragilidade humana lembrada pela expansão da pandemia do novo coronavírus. Por meio do isolamento social, a Covid-19 colonizou a vida nas suas diversas instâncias e transformou o nosso modo de ser e fazer, os hábitos sociais, as rotinas nos trabalhos, as formas de relacionamentos e as maneiras de estudar.

Desse modo, apresentamos as ações contingenciais que foram e vêm sendo adotadas, por intermédio da mobilização de políticas públicas, de grupos diversos, formados por pessoas físicas ou jurídicas, objetivando amenizar os impactos sociais e o sofrimento causados pela expansão da doença aos grupos mais afetados e, especialmente, àqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Cotejando as ações implementadas às reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2020) e outros autores, o convite que te fazemos é repensar as lógicas capitalistas e suas implicações para a incógnita que se tornou o futuro.

A reflexão se expande e ousamos fazer digressões para o período pós-pandemia, tecendo considerações acerca dos condicionantes circunstanciais, das práticas evidenciadas, dos determinantes históricos, sobretudo, das lições que foram aprendidas, com vistas ao fomento de possibilidades inovadoras e ancoradas em bases mais humanizantes.

INTRODUÇÃO

Inicialmente colocamos uma inquietação: o que se entende por responsabilidade social corporativa?

As práticas responsáveis estão cada vez mais em evidência, a década de 2000 foi muito profícua na tratativa do tema, e desde a imprescindível Campanha da Fome liderada pelo sociólogo Betinho, fundador do IBASE,⁸ o tema ganha novos contornos e se expande. Com relevância similar, destaca-se o Instituto Ethos, fundado em 1998, entidade também sem fim lucrativos, constituída como órgão que se ocupa da oferta de ferramentas e outros serviços para que as empresas possam fazer a gestão de seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Publicada em 2010, merece destaque a implementação da norma certificadora ISO 26000 que oferece diretrizes de responsabilidade social, levando o padrão de RSC a exceder o âmbito nacional, e cuja adesão demonstra o interesse da empresa nos aspectos sociais e ambientais nela declarados. Explicita a norma:

Segundo a ISO 26000, a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. [...] Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas (INMETRO, 2010).

Este artigo está pautado no modelo conceitual de responsabilidade social corporativa – RSC, de Carroll (1991), cuja classificação das empresas depende de ações e estratégias implementadas nas dimensões econômica, legal, ética e filan-

⁸ O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas é uma organização de cidadania ativa, fundada em 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e os economistas Carlos Afonso e Marcos Arruda.

trópica, e respalda o cotejo das práticas empresariais implementadas no período da crise do novo coronavírus.

Na argumentação do mencionado autor, para que empresas se autodenominem responsáveis socialmente, precisam demonstrar práticas que englobem o êxito na dimensão econômica; obediência à legislação vigente que regulamenta o setor de atuação; escolha obrigatória e genuína para fazer o que é justo, sensato e correto, tentando minimizar possíveis danos aos seus públicos de interesse e, por último, a filantropia, dimensão na qual há demonstração de engajamento por intermédio de ações e programas que possam contribuir com o bem-estar humano e fomentar qualidade de vida, especialmente da comunidade. Muito embora, admite o referido autor, que sem o êxito alcançado no eixo financeiro, as demais dimensões não seriam asseguradas.

Em suma, percorremos neste artigo, a responsabilidade social seguida de responsabilidade social corporativa, abarcando a sustentabilidade e, por fim, contemplando-se o viés ético e transparente para que as ações responsáveis estejam integradas e incorporadas com o intuito de atender os interesses de todos os *stakeholders*.⁹

Tal percurso rompe com lógicas lineares, sendo marcado por avanços, retrocessos, assimetrias e descontinuidades, pois o olhar incauto deve se dispor a acompanhar atentamente a análise que se tece aos elementos – dados e informações – apresentados.

Desse modo, convidamos você leitora e leitor, a permanecer como espectador vigilante nesta breve trajetória acerca das práticas empresariais afeitas à responsabilidade social e, sobretudo, no cuidadoso empenho que se destina a tecer comentários às possibilidades que, no exercício da ética e da sustentabilidade, decorrem do período da pandemia. O que nos espera após essa crise? Quais serão as lições aprendidas? O que muda, o que permanece, o que se transforma? São as reflexões lançadas.

⁹ Stakeholder é um termo da língua inglesa que tem como significado “grupo de interesse” e utilizado para definir os grupos que podem afetar e ser afetados pelas atividades da empresa.

1. RESPONSABILIDADE SOCIAL, CIRCUNSTANCIAS QUE FAZEM DIFERENÇAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

"Ajudar alguém durante a dificuldade é onde a civilização começa."

Margareth Mead

Mas quais as ações empresariais evidenciam responsabilidade social corporativa?

Como é sabido, a medida proposta pelo Congresso para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade foi o auxílio emergencial, cujo número de parcelas dependerá da evolução da doença ou não, e que não atendeu a todos os casos de quem é necessitado e realizou o cadastro. Em contrapartida, as ações de voluntariado se notabilizam ao projetar amenizar o sofrimento dessa parte mais pobre da população.

Empresas e pessoas se organizam para chegar, de alguma forma, em áreas que não foram alcançadas pelas políticas públicas. Referindo-se à filantropia, Andrew Carnegie, em 1888, prescreveu aos milionários, para tratar da boa administração da riqueza e da filantropia, ações nas quais poderiam aplicar os seus excedentes monetários a favor dos mais necessitados, promovendo bem-estar social.

Independente de concordar com a proposta ou não, a sua prescrição, referência quando o assunto é filantropia em vários países, propõe-se refletir acerca das questões implicadas com relação às ações de filantropia corporativa: por que doar e onde injetar investimentos? No Brasil, a filantropia foi incorporada, mesmo que impulsionada pelos incentivos fiscais e pela imagem positiva associada aos doadores. Contudo, fora a situação pandêmica, em que medida é mecanismo para atenuar a extrema desigualdade histórica que o País sempre experimentou?

Será que a pandemia do novo coronavírus, a iminência da morte, gerou uma consciência sobre a importância de ajudar quem mais sofre em uma das maiores crises sanitárias da história? Essa é uma questão que vem sendo propagada, devido aos impactos nas maneiras de conceber a existência e as questões imbricadas durante o isolamento. Como já citado anteriormente, a crise pandêmica só fez emergir esses questionamentos, antes acomodados numa espécie de subterrâneo social.

Nessa contextualização, é notória a atuação de muitas empresas do Brasil e do mundo que decidiram ajudar, de várias formas, na luta contra a pandemia, assim como as organizações não governamentais – ONGs, que assumem trabalhos extraordinários junto às comunidades carentes. Por outro lado, a organização da sociedade civil, na qual cidadãos em todo o país, individualmente ou em grupos, fizeram chegar de maneira rápida, alimentos e produtos de higiene aos mais vulneráveis.

Geralmente, encabeçadas por algumas pessoas que estão na mesma comunidade, com um potencial de articulação maior, conseguiram organizar a força de trabalho disponível e voluntária, reunir esforços e recursos para suprir algumas carências dos mais necessitados.

Por todos esses gestos solidários que fizeram diferenças e minimizaram parte dos impactos negativos da crise atual, fica aqui expressa a admiração que sentimos, entretanto, não foram localizados dados condensados para disponibilizar, então é impossível dar visibilidade a todos eles. De fato, esses gestos memoráveis, em plena catástrofe humanitária, possibilitam o exercício dos direitos humanos mínimos para esses atores sociais, confirmando que a responsabilidade social [...] pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico” (ASHLEY, 2005).

De acordo com dados sobre iniciativas empresariais para o combate ao novo coronavírus, divulgados em abril, pelo Valor Investe (2020), muitas anunciaram doações de montantes de dinheiro como resposta à Covid-19, assim informa o Monitor de Doações da pandemia da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), que monitora ações de voluntariado desde o dia 31 de março de 2020. Visto que a lista é ampla e pode ser consultada no *site*: <https://www.monitordasdoacoes.org.br/pt>. Para atender o recorte do artigo, os dados foram organizados, conforme pode-se conhecer nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Doações consolidadas por classificação do doador

| Classificação | Total doado (R\$) | Percentual |
|--|--------------------------|-------------------|
| Empresas | 5.499.994.849 | 85,32% |
| Indivíduos e famílias | 281.100.000 | 4,36% |
| Fundações, institutos e fundos filantrópicos | 239.529.843 | 3,72% |
| Campanhas e <i>lives</i> | 229.661.723 | 3,56% |
| Administração pública | 187.004.056 | 2,90% |
| Sindicatos | 5.209.050 | 0,8% |
| Cooperativas | 3.477.148 | 0,5% |
| Igrejas | 21.000 | 0,0003% |

Fonte: adaptado de Monitor de doações (2020).

Uma forma de interpretar os dados das doações é por meio da categorização por ramo de atividade. Dessa maneira, apresenta-se a Tabela 2.

Tabela 2 – Doações consolidadas por ramo de atividade do doador

| Tipo | Total doado (R\$) | Percentual |
|------------------------------------|--------------------------|-------------------|
| Sistema financeiro | 1.824.099.245 | 28,30% |
| Alimentação e bebidas | 780.153.000 | 13,14% |
| Mineração | 584.836.000 | 9,07% |
| Famílias e indivíduos | 323.154.188 | 5,13% |
| Saúde | 306.994.411 | 4,81% |
| Educação | 270.194.608 | 4,19% |
| Energia | 258.179.000 | 4,25% |
| Campanhas de doação e <i>lives</i> | 221.336.393 | 3,56% |
| Autarquia / fundacional / público | 187.004.056 | 2,90% |
| <i>Holdings</i> | 171.000.000 | 2,65% |
| Comércio eletrônico e tecnologia | 163.626.000 | 2,77% |
| Mobilidade e logística | 153.537.786 | 4,97% |
| Outros setores (21) | 918.258.130 | 14,25% |

Fonte: adaptado de Monitor de doações (2020).

O setor financeiro, que tem se destacado nas doações, não é aquele afetado diretamente com a crise, enquadrado nos serviços essenciais, o serviço bancário funcionou, ainda que com horário reduzido e algumas alterações no quadro de funcionários, para atender à legislação que protegeu as pessoas do grupo de risco. Dentre os dez ramos de atividade que mais doaram está o setor bancário. Bancos como Itaú, Bradesco e Santander são seguidos pelo ramo alimentício e mineração. No *site* disponibilizado é possível fazer uma análise mais detalhada dessas doações, que incluem representantes da sociedade civil também.

Não se trata apenas da doação de recursos financeiros, incluem-se doações para viabilizar projetos na área da saúde voltados para populações vulneráveis. Há empresa que anunciou a doação de kits para testagem do coronavírus, respiradores e materiais médicos. E ainda, grupos empresariais que lançaram campanhas para arrecadar doações em dinheiro e em bitcoins, cujos destinos serão utilizados em diversas ações, em lugares socialmente vulneráveis, com o objetivo de mitigar os impactos da pandemia nessas populações. Não há dúvida de que todos esses gestos evidenciam a solidariedade desses doadores para com os brasileiros e buscaram apresentar soluções rápidas. Alguns, com a formação de parcerias, responderam de maneira célere e colaborativa à crise pandêmica.

A Natura & Co América Latina investiu R\$ 38 milhões em ações para fabricar e doar produtos essenciais na prevenção ao novo coronavírus. Quase três milhões de sabonetes foram para comunidades pobres, instituições de saúde e organizações não governamentais, como a Cruz Vermelha e a Médicos Sem Fronteira. Em parceria com a Usina São Martinho, a Raízen e a Basf, que forneceram a matéria-prima, a Natura produziu mais de 1,6 milhão unidades de álcool em gel e 310 mil litros de álcool 70% (G1, 2020).

A leitora/o leitor fica convidado a analisar a lista que apresenta os doadores e as justificativas que os motivaram a doar, de modo geral. Importante salientar que, muito possivelmente, nem todas essas atitudes, de valor reconhecido, podem ser configuradas como responsabilidade social corporativa (RSC), como aqui se defende, pois os prolongamentos dessas ações responsáveis devem alcançar um maior número de *stakeholders* dos negócios, no intuito de consolidar projetos sociais e ambientais contínuos, permeados pelos princípios que garantam qualidade de vida a toda a população, potencializando o desenvolvimento dos grupos alcançados.

Apesar disso, excedendo aos momentos de crise e para além de situações pontuais, há que se confirmar o quanto a empresa é responsável socialmente, confrontando outros dados relativos à manutenção do emprego, proteção ao sa-

lário e cuidados a todos os públicos afetados pelo seu negócio, interesse genuíno pelas ações ambientais, entre outras.

2. CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E NOVOS PARADIGMAS: TENDÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em parte dos países do pós-guerra europeu, a política de *Welfare State* elevou as condições de vida da população, e cujo desmonte se instaura com a implantação do neoliberalismo. Ainda assim, mesmo ficando com um estado mínimo de direitos, visto que os níveis de desigualdades foram minimizados, não se incluem os imigrantes e refugiados, por várias razões, e esse fato favoreceu que esses países passassem pela crise pandêmica de outra maneira.

A presença do Estado e a forma como esse trata dos seus cidadãos podem fortalecer mudanças, acelerar inclusões, evitar o agravamento da pobreza, adotar um pacote com rapidez para ajudar os trabalhadores e oferecer liquidez às empresas afetadas pela pandemia de coronavírus. Linhas de crédito foram anunciadas para as empresas de turismo, hotéis e restaurantes; foram incluídas as indústrias têxteis e de madeira; e parte dos recursos foram destinados a micro e pequenas empresas. O Estado negocia com bancos medidas fiscais, tais como, cronogramas flexíveis para pagamentos de impostos e contribuições sociais no segundo trimestre e uma redução das contribuições para programas sociais, entre março e maio, também abarcada no pacote.

Há ainda outras realizações efetivadas por empresários e microempresários que, demonstrando solidariedade em atos do cotidiano, certamente, suavizaram os efeitos catastróficos da crise. Desse modo, ações filantrópicas e outras, amenizam, no entanto não corrigem as mazelas sociais historicamente construídas e mantidas. Possivelmente, não permitirão, sozinhas, mudança e nem transformação social.

Qual será o novo normal que as sociedades estabelecerão? Quais forças prevalecerão na reorganização do trabalho após a crise pandêmica do novo coronavírus? Seriam forças mais humanizantes e solidárias, no mesmo regime capitalista?

Talvez você esteja se perguntando por que tem relevância a dimensão ética na responsabilidade social corporativa?

Os argumentos, até aqui apresentados, permanecem e visam revelar, ou não, o quanto a dimensão ética está atrelada às elites empresariais, às políticas

estudantis, para que a reconstrução enverede por caminhos solidários e menos desiguais.

Retomando as práticas na dimensão ética que estamos buscando identificar, destaca-se a iniciativa global Sistema B. Segundo essa entidade, que apresenta seu projeto alternativo à economia tradicional, “[...] uma empresa B deve se comprometer a ter altos padrões de gestão e transparência, gerar benefícios sociais e ambientais, assim como fazer uma alteração no estatuto social, em que se comprometa a ser uma empresa PARA o mundo e não DO mundo” (VIEIRA, 2014). Para tanto, partiram da seguinte pergunta: será que ser bem-sucedido é só lucrar? Será que só isso basta?

Não sendo apenas o lucro tão importante, é fato que, até hoje, o seu impacto orienta qualquer tomada de decisão na economia tradicional, ressaltando também, a preocupação com o impacto sobre o meio ambiente; impacto sobre a comunidade em que está inserida; impacto sobre seus colaboradores e a governança. Assentados nessas bases, convidam as empresas a criar valor não só para acionistas, mas também para toda a sociedade, com a associação do lucro com os benefícios sociais, divulgando e reforçando a importância da produção eticamente correta, sem exploração humana e sem danos ao meio ambiente. Os negócios credenciados passam a ser conhecidos então como, Empresas B.

O objetivo do Sistema B é impulsionar uma mudança de paradigma, favorecendo a disseminação da dimensão ética nos negócios. As Empresas B se relacionam com as novas questões que estão propostas a todos, nessa dinâmica de cuidados para com a vida, e com uma economia voltada para o equilíbrio socioambiental. Certamente, fomentam novos paradigmas com a redução dos pretensos discursos assumidos em muitas medidas de responsabilidade social corporativa, porém, esvaziados nas ações práticas corporativas.

Com base nesse escopo ampliado de questões que afligem direta ou indiretamente a todos, outras adversidades vão ganhando visibilidade com a pandemia e que talvez não estejam contempladas nem mesmo nas propostas mais inovadoras:

- Redução das queimadas na Floresta Amazônica, que lamentavelmente, aumentaram no período da crise.
- A morte dos nossos irmãos indígenas pela pandemia desse vírus e de tantos outros que surgirão.
- O direito à alimentação, água potável e cuidados médicos aos povos indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas.

- Iniciativas públicas e privadas para o número de brasileiros inadimplentes, que ficaram sem ocupação e sem renda.
- Ofertas de crédito para micro e pequenas empresas com patamares de juros responsáveis eticamente.
- A manutenção do emprego no período, evitando demissões durante a crise.
- O preço dos produtos e serviços ofertados cobrados no período.
- A inclusão digital ampliada, formas de acesso e a capacitação.

Essas são algumas das questões novas que só serão respondidas de maneira satisfatória se houver uma pressão de diversos setores da sociedade articulada em prol da garantia dos direitos humanos e de uma vida digna para todos, os que estão nas empresas, nas escolas, na cidade, no estado, no país e até em outros países.

No que diz respeito ao ambiente corporativo interno, mudanças em função da conjuntura também impulsionam para que todas as empresas se reorganizem e escolham ações e estratégias para enfrentar a pandemia com o foco nos *stakeholders* internos. A exemplo, desde 2014, a Natura faz parte do Sistema B, além de ser uma empresa reconhecida internacionalmente pelas ações sustentáveis implementadas e por exercer um papel de agente de transformação socioambiental.

Contudo, indaga-se em que medida está conseguindo incorporar as demandas emergentes no público interno e acerca das ferramentas utilizadas para a inserção dessas demandas. Tomemos como exemplo a importância que o grupo de consultoras tem para a lucratividade e manutenção dos negócios da empresa e que, nesse período de isolamento decretado em muitas capitais desde abril (2020), encontram-se praticamente sem vendas e sem remuneração. E quais foram as ações para amenizar essa redução na renda e aumento das dívidas junto à empresa? Não foram investigadas neste artigo as ações que a empresa tem realizado internamente, o questionamento é proposto apenas para expor o quanto as demandas se ampliaram, da necessidade de rapidez e assertividade nas ações implementadas e da visibilidade, até para que possa servir de inspiração para outras organizações.

Há modelos de práticas empresariais responsáveis adotadas no que se refere ao direcionamento de esforços, recursos e estratégias para fazer o gerenciamento interno da crise. Vale citar o caso da Aeris Energy, fundada em 2010, com o pro-

pósito de se tornar referência de mercado no setor de fabricação de pás eólicas, e localizada próximo ao Porto do Pecém, no Ceará, atualmente, possui cerca de 4.500 funcionários próprios e 500 terceirizados, e os pilares que embasam a gestão são: pessoas, qualidade, segurança, saúde financeira e sustentabilidade.

Além das ações sustentáveis que a natureza do negócio exige, tem se destacado na responsabilidade social, especialmente com seu público. Desde o início da pandemia, instalou-se um comitê de crise que atuou de maneira intensa nas medidas recomendadas pela OMS. Dessa maneira, o isolamento foi cumprido, com o afastamento dos casos de risco, e medidas de distanciamento para os funcionários que continuaram ativos. Intensificaram-se ações na divulgação das medidas de higiene e no acompanhamento e controle, junto às equipes de trabalho. A testagem foi realizada em todos os gerentes e em parte dos funcionários para garantir que a contaminação não se espalhasse, e ainda, ofertou-se todo acompanhamento médico aos casos que testaram positivo. Visto que o Comitê adotou estratégias de escuta junto aos funcionários e se dispôs a lidar com as solicitações, por meio do diálogo, logrou a incorporação rápida das necessidades. E, baseando-se nessa dinâmica dialógica, iniciou com a oferta de produtos de higiene, alimentação, medicação e avançando ao suporte psicológico, para ajudar o convívio com a situação estressante. Investiu-se também em ações de comunicação interna mais intensas e contínuas, acerca das medidas protetivas que todos deveriam adotar e estender à família.

Chama a atenção também, a rede varejista, Magazine Luiza, por conta dos desafios abraçados, e também por sempre ter estado na defesa de ações de inclusão – com vistas a diminuir a desigualdade social e racial, promover a luta contra o feminicídio, e estimular o empoderamento feminino em ações e debates de cunho político, por intermédio da criação do canal, Mulheres do Brasil.

Partidária de um capitalismo consciente, a CEO Luiza Helena Trajano,¹⁰ apresentou empreendimentos inéditos nos tempos de pandemia, que incluíram a distribuição de alimentos; a adesão ao Programa Não Demita; a inserção de novos parceiros comerciais por meio do *e-commerce*, o que impulsionou a transformação digital, entre outros. Contribuir com a mudança social está no propósito assumido pelo grupo, que visa, sobretudo, impulsionar a diminuição das desigualdades, reconhecendo algumas das mazelas sociais reinantes na sociedade.

Mas como agilizar ações afirmativas e alinhar interesses dos diversos *stakeholders*?

¹⁰ Indica-se Luiza Helena Trajano, em entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 05 de outubro de 2020.

A CEO citada encontrou ferramentas para dialogar especialmente com clientes e funcionários, dessa maneira a escuta ativa é seguida de análise e discussões, servindo de base para a geração de ações que contemplam as necessidades desses públicos. Contudo, é consciente de que as mudanças no sentido da transformação social, só ocorrem com a participação coletiva, incorporação da diversidade e adoção de medidas rápidas na geração de emprego e renda.

Os exemplos utilizados, reafirmam que ao discorrer sobre ética empresarial, que seja visada a preservação da vida, através do fomento a práticas que superem a busca exclusiva do lucro econômico, e que sejam pauta, a intencionalidade e os propósitos da organização de contribuir para melhorar o mundo. O viés ético abarca a criação de ações para todos os públicos, por meio de parcerias que emanem de escolhas ancoradas em valores e princípios que forjem uma moral coletiva, para exceder as dimensões legais e filantrópicas, configurando a responsabilidade social corporativa.

Na partilha dessas experiências, muito possivelmente, talvez se tenha aberto um campo para o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico e criação de ações para essas e tantas outras questões emergentes nas dinâmicas sociais e culturais de um país continental, como o Brasil, cujas formas únicas de programas e políticas públicas, são ainda insuficientes.

3. ECONOMIA, GLOBALIZAÇÃO E QUESTÕES HODIERNAS: POR UMA ÉTICA PLANETÁRIA

Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha responsabilidade pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos (CARTA DA TERRA, 2020).

O que significa abarcar questões que afetam o local onde estão inseridas, num cenário mundial?

A pandemia expôs, e não só para o Brasil, a relevância de se reavaliar ações e estratégias a serem adotadas para a obtenção mais assertiva da redução das desigualdades, ficando evidenciado o esgarçamento do capitalismo na sua forma neoliberal. Em países nos quais já existe um estado mínimo de direitos garantidos e associados a atitudes que reconheceram e admitiram a gravidade da Covid-19, o controle da doença foi mais eficiente, conforme mostram as estatísticas até o momento.

Os debates sobre a dinâmica dos problemas sociais e ambientais e sua interdependência global ganham centralidade nos discursos. A possível conciliação do lucro à garantia de benefícios sociais e ambientais é uma equação difícil, e vem sendo tratada nos primórdios dos movimentos ambientais, o relatório Brundtland, de 1987, na defesa de modelos de desenvolvimento para garantir um futuro comum para as gerações vindouras, declara:

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras [...]. O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

À medida que avançaram as discussões em convenções, conferências e pactos internacionais, o compromisso com as questões sociais aumentou, a exemplo, a Declaração do Milênio da Organização Mundial da Saúde (ONU), que contempla os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs),¹¹ de 2000, e suas oito metas para a construção de um mundo mais próspero e mais justo.

Não obstante, as alternativas e ferramentas apresentadas para enfrentamento dos problemas que já foram discutidos, precisam suplantar a intencionalidade declarada nesses documentos, por meio de políticas públicas ou de propostas inovadoras de grupos empresariais traduzidas em ações.

Cara leitora e caro leitor, o que você imagina sobre necessidades materiais quando a quarentena foi decretada?

Já apontamos a dificuldade de tomada de decisão em situações contingenciais, nem mesmo o poder público local tem conseguido atender demandas tão específicas e responder rapidamente à crise. Apesar de as pesquisas detalharem as condições domiciliares, no caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, as políticas não conseguiram criar estratégias para a parcela da população que convive em situações, como: ao ficar em casa, o espaço do lar não comporta todos os moradores, desse modo a rua é adotada como uma extensão da casa; muitos domicílios não possuem água tratada e nem os produtos de higiene necessários para enfrentamento da doença; dependendo da situação, as rotinas e os cuidados com a alimentação e a educação podem ter sido prejudicados com o isolamento.

¹¹ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) foram os oito objetivos internacionais de desenvolvimento para 2015, estabelecidos após a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em 2000.

Por outro lado, há muitos recursos materiais que se tornaram indispensáveis para se ficar em casa. O trabalho, o estudo remoto e a maioria dos serviços migraram para o ambiente virtual de maneira improvisada. Em face do aumento das atividades ancoradas pelas tecnologias digitais, há exigência de conexão com a internet de boa qualidade e recursos midiáticos com capacidade para comportar aplicativos, plataformas, programas e outros. É requerido ainda um conhecimento razoável do uso de recursos tecnológicos, e, dependendo das atividades a serem realizadas remotamente, caberia até fluência digital.

Mas em plena sociedade informacional, assim defendida por muitos autores, tais como Levy (1999) e Castells (1995), argumentando acerca da potencialidade comunicacional e outras que podem ser realizadas nos espaços virtuais, qual empresa priorizou, em seus programas de educação corporativa, a preparação do seu quadro funcional para uso pleno das tecnologias de comunicação e informação? Ou mesmo, incentivou e até viabilizou a aquisição de recursos midiáticos?

Muito provavelmente não foram essas preocupações que permearam as diretrizes na gestão de pessoas nos últimos anos, nem mesmo em ambientes ditos inovadores. Pois até então, a maioria das empresas garantia os recursos tecnológicos para execução das tarefas nas suas dependências.

Ainda que o perigo da pandemia esteja diretamente relacionado à falta de serviços de saúde pública para todos, insere-se nesse ambiente a ausência de um estado mínimo que possa garantir os direitos sociais para todos. Desse modo, o novo coronavírus ensina, ainda que de maneira cruel, a importância da mudança visto que o futuro estará sempre ameaçado, enquanto os modos de produzir e existir permanecerem excludentes e injustos. Sobretudo, permite repensar e até prever acerca de formas novas, pois não mudar em face às maneiras denunciadas é favorecer a nossa própria extinção.

A quem caberia atenuar os efeitos das pandemias que nos assolam é uma provocação que almeja resposta. Segundo o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos: “Só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível começar a se pensar uma sociedade em que a humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita” (SANTOS, 2020).

Neste cenário econômico pós-crise da Covid-19, surpreendentemente, milionários do mundo assinam uma carta (VALOR INVESTE, 2020), solicitando aumento da taxa dos impostos sobre os mais ricos, almejando contribuir pela recuperação econômica. A despeito das justificativas e dos motivos que levaram ao pedido, a medida chama a atenção pelo ineditismo da ação.

No âmbito da responsabilidade social corporativa, quem deveria contribuir com o fomento de ações que pudessem alcançar essas demandas e até outras emergentes, para incluir socialmente os menos favorecidos? Como se articulariam poder público, empresas privadas, ONGs, Fundações, pessoas físicas e outros, para tornar mais efetivas as soluções até então promovidas? Se já há grupos realizando ações corretamente, em algumas localidades, ou mesmo em outros países, é preciso tornar visíveis essas ações para que outros possam dar continuidade, otimizando-as de forma que pudessem ser aprimoradas em outros contextos territoriais?

As redes sociais e outras mídias estão cumprindo esse papel, há divulgação, os cidadãos e grupos da sociedade civil estão sendo conectados e partilhando ações, estratégias, experiências, doações, esperança, alegria, muito embora não se investigou, neste artigo, nem o grau ou a intensidade, nem os reflexos e/ou os resultados que foram obtidos com as ações realizadas no ciberespaço. Mas, desse modo, cidadãos e empresas podem exercer sua responsabilidade social individual e corporativa guiados por princípios éticos, garantindo para além da crise pandêmica, o acesso às condições dignas por meio das suas doações e das pressões para que seja superada a condição de vulnerabilidade, naturalizada em muitas sociedades.

A pandemia de SARS-CoV-2 evidenciou a relação de interdependência entre os povos, nas questões que nos afetam direta, ou indiretamente. Da rapidez como o vírus se espalhou às iniciativas para seu controle e até nas medidas de isolamento, triunfou a capacidade de colaboração demonstrada por todos e, principalmente, pela área da saúde. Modelo que pode ser visto quando o desenvolvimento científico tem se firmado em bases mais colaborativas, fato que está tornando possível o avanço rápido na compreensão da Covid-19 e dos mecanismos de contenção da doença, até que as vacinas sejam disseminadas.

Por fim, acerca da nova normalidade, dependerá, sobretudo de novos referenciais éticos a serem adotados. Nessa contextualização, resgata-se que para o enfrentamento das questões apresentadas, os tratados constantes na Carta da Terra e seus princípios, como diretrizes fundantes para o futuro próximo, pois há mais de duas décadas acredita-se que

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma co-

munidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações (CARTA DA TERRA, 2000).

Com base nesse documento, que sejam revistas a inserção de ações e decisões para todos os temas tratados ao longo do texto. As questões da pandemia são globais e com isso entende-se a necessidade da superação dos velhos paradigmas. Vias de prosperidade podem surgir se houver disrupção com as lógicas individualistas para, a partir disso, tornar possível se chegar a uma ética que comporte o sistema planetário e suas diversas formas de vida. Que a responsabilidade social reposicione as ações de todos os atores sociais para com todos e, assim, seja possível aspirar a consolidação da economia alicerçada em bases mais justas e humanizantes, tanto no âmbito local quanto no global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações de conjunturas que se dão num quadro de incertezas, certamente são apontamentos tecidos em função dos circunstanciais recentes. É fato que durante a pandemia as experiências da vida, como o trabalho; o estudo remoto; a oferta de serviços virtuais, com suas vantagens e desvantagens; das relações com as tecnologias, em especial as digitais, da oferta de produtos e serviços; da mobilidade urbana; da saúde tenham sido contingenciais, e essas vivências serão incorporadas ao período posterior de alguma forma, pois abriram um campo para a reflexão e, muito provavelmente, nada será do mesmo jeito.

Sairemos melhores como humanos quando o medo da morte diminuir? Sobre quais valores pautaremos nossas condutas? Sairemos como uma grande família numa casa maior do que o nosso domicílio ou nos manteremos preocupados somente com questões individuais? No paradoxo do grande perigo e da grande esperança, isento de qualquer sectarismo, o que poderemos ser?

Experiências no pós-guerra demonstraram que a reação contra as atrocidades do período foi garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. No isolamento, mudamos nossos hábitos temporariamente, ou não. A experiência de uma vida interrompida com as lógicas do consumo pode propiciar, para alguns, novas bases existenciais para quando a pandemia da Covid-19 reduzir, mais vozes sejam erguidas em prol de mudanças contínuas e permanentes.

Não sabemos quais serão as bases que regerão o retorno às rotinas no pós-pandemia. Quais determinantes ostentarão as decisões governamentais e empresariais, por exemplo? As experiências tanto para o trabalhador quanto para o empregador trouxeram a oportunidade de repensar as relações de trabalho, as formas de realização, o ressarcimento e até mesmo o controle da produção.

Durante a crise, as áreas pouco difundidas na mídia como a ciência, a pesquisa e a médica, ganharam centralidade na condução de soluções. Deve-se compreender quais medidas futuras serão adotadas para a ampliação de investimentos de maneira continuada para assegurar a saúde pública de qualidade para todos. Observou-se, em relação ao meio ambiente, que a atmosfera foi alterada rapidamente, com a redução dos gases de efeito estufa (GEE). Em contrapartida, assistimos a um aumento das queimadas na Floresta Amazônica e dos resíduos descartáveis dispensados inadequadamente.

Quais preceitos serão seguidos para o fomento mais eficiente de um mundo mais sustentável? Como será a reorganização do Estado para garantir melhores políticas públicas e investimentos na área social, sustentadas em princípios de adaptabilidade, flexibilidade, resiliências, respostas rápidas, parcerias e ações inovadoras para a desigualdade estrutural?

Sugerimos a articulação entre Estado, elites empresariais e representantes da sociedade civil de maneira que possa abarcar as reais necessidades da heterogênea sociedade brasileira e priorizar uma agenda que trate o tamanho descompasso social, promovendo a inclusão dos mais necessitados, por meio de estratégias mais humanizantes e participativas.

Quanto à retomada econômica, defendemos que essa dependerá de como irão se recompor a política e os setores/atores da economia, para priorizar uma agenda econômica sustentável e inclusiva, que dê esperança real à população, ainda que mediante um cenário incerto e pessimista. Alguns países já iniciaram a volta de algumas atividades e legaram experiências que podem servir de parâmetros para nossas decisões.

Ao final, a leitora/o leitor atento que nos acompanha, talvez tenha chegado a conclusões diferentes das que defendemos/discorremos até aqui, entretanto estamos inclinados a depreender acerca da Responsabilidade Social Corporativa, na pandemia, que suas dimensões avançam na direção de permitir o quanto os diversos atores sociais e a inserção de suas demandas podem corroborar com o fomento de medidas mais ágeis e permanentes, para garantir a diminuição da desigualdade por meio de vários mecanismos, especialmente o diálogo. Contudo, ressaltamos que mesmo se movimentando em cenários bem-intencionados,

caso reduzir a desigualdade seja um anseio com vistas à transformação, as ações implementadas precisam superar as diligências pontuais.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2005. pp. 11-12.

CARROLL, A. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 34-48, 1991.

CARTA DA TERRA, A (1992). Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf. Acesso em: 07/11/2020.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 8. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Desigualdade no Mundo: uma Nova Abordagem Para a era da Globalização**. Actual, 2017.

EMPRESAS QUE DOARAM DINHEIRO, PRODUTOS E TRABALHO PARA... **Valor Investe**, 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/04/07/veja-empresas-que-doaram-dinheiro-produtos-e-trabalho-para-combater-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 07/07/2020.

GRUPO DE MILIONÁRIOS PEDE AUMENTO EM SEUS IMPOSTOS PARA COMBATER... **Valor Investe**, 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2020/07/13/grupo-de-milionarios-pede-aumento-em-seus-impostos-para-combater-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 20/07/2020.

ISO 26000: DIRETRIZES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Inmetro**, 2010. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp. Acesso em: 09/06/2020.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MONITOR DAS DOAÇÕES COVID-19. Associação Brasileira de Captadores de Recursos, 2020. Disponível em: <https://www.monitordasdoacoes.org.br/>. Acesso em: 01/06/2020.

NOSSO FUTURO COMUM (1987). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em 07/11/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOLIDARIEDADE S/A: DOAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, CESTAS BÁSICAS... **Jornal Nacional**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/17/solidariedade-sa-doacao-de-produtos-de-higiene-cestas-basicas-e-criacao-de-leitos.ghtml>. Acesso em: 18/06/2020.

VIEIRA, Aline. Conheça o sistema B: um movimento de empresas onde o lucro anda junto com os benefícios sociais. **Projeto Draft**, 2014. Disponível em: <https://www.projtodraft.com/conheca-o-sistema-b-um-movimento-de-empresas-onde-o-lucro-anda-junto-com-os-beneficios-sociais/>. Acesso em: 30/06/2020.

VENTOS SEM FRONTEIRAS. **Aeris Energy**. Disponível em: https://www.aerisenergy.com.br/?page_id=20460. Acesso em: 01/06/2020.

